|  |
| --- |
| **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET** |

**Pregão Eletrônico No 14/2016**

**Processos Nº 48000.000980/2016-42**

|  |
| --- |
| Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Pessoa para contato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Recebemos, por intermédio do acesso à página do [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/) ou [**www.mme.gov.br**](http://www.mme.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura |

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível e, remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio do **fax (061) 2032-5951** ou e-mail: **licitacao@mme.gov.br**.

**TELEFONES – (XX61) 2032-5630 – 2032-5957 – 2032-5108**

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Edital do Pregão Eletrônico no 14/2016-MME**

|  |
| --- |
| **01 – Do Objeto****02 – Dos Recursos Orçamentários****03 – Do Credenciamento****04 – Da Participação no Pregão** **05 – Do Envio da Proposta****06 – Das Propostas e Formulação de Lances****07 – Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora****08 – Da Habilitação****09 – Da reabertura da Sessão Pública****10 – Do Encaminhamento da Proposta Vencedora****11 – Dos Recursos****12 – Da Adjudicação e Homologação****13 – Da Garantia de Execução****14 – Do Termo de Contrato****15 – Do Reajuste****16 – Da Aceitação do Objeto e da Fiscalização****17 – Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental****18 – Das Obrigações do Contratante e da Contratada****19 – Do Pagamento****20 – Das Sanções Administrativas****21 – Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento****22 – Das Disposições Gerais****23 – Do Foro** |
| **Anexos integrantes do edital:****I - Termo de Referência****II - Modelo de Proposta de Preços****III - Modelo de Declarações****IV – Modelo de Declaração de Vistoria****V - Minuta de Contrato****VI – Termo de Conciliação Judicial** |

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2016**

(Processo Administrativo n° **48000.000980/2016-42**)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério de Minas e Energia, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, sediado(a) na Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446-Brasília/DF CEP – 70.065-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nº 04, de 11 de setembro de 2014, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e Anexos.

Data da sessão: **16/09/2016**

Horário: **10:00 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, **o horário de Brasília – DF,** inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO
	1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em reprodução de documentos *(Outsourcing* de Impressão), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos (inclusive papel), sistemas de gestão e contabilização, para atender as necessidades de impressão do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme as especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 320016; PTRES: 091626; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.39

1. DO CREDENCIAMENTO
	1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
	2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
	3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
	4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
	5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.
	1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010 de 11 de outubro de 2010.
	2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
		1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
		2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
		3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
		4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
		5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
		6. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 5° da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008.
	3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
		1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
			1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
		2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
		3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
		4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
		5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.
3. DO ENVIO DA PROPOSTA
	1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
	2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
	3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
	4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
	5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
		1. **O valor total do Grupo.**
		2. Descrição detalhada do objeto contendo, entre outras, as seguintes informações:
			1. os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, conforme o disposto neste instrumento e modelos anexos;
			2. conter a **especificação técnica completa de todos os equipamentos** ofertados, acompanhados de **manuais técnicos/prospectos/*folders***, **marca, fabricante**, além de consumíveis necessários para seu funcionamento, para efeito de fiscalização, conforme disposto no Item 24 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
			3. Será desclassificada a proposta que omitir esses dados ou a eles acrescentar expressões como “referência” ou “similar”.
	6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
	7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
	8. Em se tratando de Microempreendedor Individual-MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 2006.
	9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (Sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
4. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
	1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
	2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
		1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
		2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
	3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
	4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
	5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
		1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do Grupo**.
	6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
	7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
		1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
	8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
	9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
	10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
	11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
	12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
	13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
	14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
	15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
	16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
	17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
		1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
5. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
	1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
	2. O julgamento das propostas será realizado pelo **menor valor total do Grupo**, sendo aceitas somente duas casas decimais, como o valor unitário exato (sem dízimas)
	3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
	4. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
	5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
	6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
	7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
	8. O Pregoeiro convocará o licitante, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *chat*, o prazo máximo de 03 (três) horas a contar da solicitação, para enviar a documentação de habilitação e a proposta ajustada ao seu lance final pelo e-mail: licitacao@mme.gov.br.
	9. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro
	10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
	11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	12. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
		1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
		2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.13 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

1. DA HABILITAÇÃO
	1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
		1. SICAF.
		2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).
		3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/ improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/%20improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
		4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
		5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
		6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
	2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outro de 2010.
		1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
		2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **3 (três)horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
	3. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outubro de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista e Qualificação econômico-financeira e técnica:
	4. **Habilitação jurídica:**
		1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
		2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
		3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
		4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
		5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
		6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
	5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
		1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
		2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
		3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
		4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
		5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
		6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
		7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
		8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
	6. **Qualificação econômico-financeira:**
		1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
		2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
			1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
		3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = |  Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante  |
| Passivo Circulante |

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
			1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
			2. Comprovação de patrimônio líquido de **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
	1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a **Qualificação Técnica,** por meio de:
		1. **Atestado(s) de Capacidade Técnico** emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove a prestação de serviços de *outsourcing* de impressão, contemplando a disponibilização e instalação de dispositivos de impressão, cópia e digitalização de no mínimo 50% do total de equipamentos e do volume anual estimado de páginas impressas, previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, incluindo o gerenciamento dos serviços com o uso de sistemas de gestão e monitoramento dos equipamentos de impressão, bilhetagem ou contabilização de páginas impressas, suporte técnico, manutenção, fornecimento de consumíveis, inclusive papéis e treinamento aos usuários, **no prazo mínimo de três anos**.
			1. O(s) Atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar a prestação de serviços de suporte técnico remoto em regime de 12 horas por dia, 05 dias por semana, através de telefonia de tarifação reversa, envolvendo implantação, operação e gestão da central de suporte (*help desk*) integralmente localizada nas dependências da Contratada;
			2. O(s) Atestado(s) deverá(ão) contemplar também prestação de serviços de suporte técnico presencial com atendimento local.
			3. A comprovação poderá se dar pelo somatório de atestados, desde que estes comprovem a prestação dos serviços em períodos concomitantes entre si, por, no mínimo, três anos.
			4. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços.
		2. **Relação dos equipamentos de impressão** que fará uso, evidenciando que todos a serem disponibilizados para a prestação dos serviços nas instalações do Contratante, bem como todos os consumíveis, serão novos e sem quaisquer usos anteriores, não recondicionados, remanufaturados, originais do fabricante, e que os mesmos atendam integralmente às exigências do Edital e seus Anexos.
			1. A licitante deverá apresentar catálogos, manuais técnicos dos equipamentos e sistemas ofertados ou declaração do fabricante (ou declaração de distribuidor autorizado pelo fabricante) que comprovem o atendimento integral às exigências do Termo de Referência e seus anexos.
			2. A Declaração acima referenciada deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida, acompanhadas de procurações e/ou alterações contratuais que confirmem os poderes de quem as assinou.

# A não apresentação de qualquer um dos documentos exigidos acima no momento do certame implicará na desclassificação da Licitante.

8.7.4 **Declaração de Vistoria Técnica,** conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital, fornecido pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/CGTI/ SPOA/ SE/MME a ser realizada por intermédio do Responsável Técnico do quadro da licitante, declarando que vistoriou o local e teve conhecimento das condições ambientais e técnicas onde serão executados os serviços, de forma a subsidiar a proposta da licitante:

**a)** A vistoriapoderáser efetuada no período compreendido entre a data da publicação deste Edital **até 02 (dias**) **anteriores** à data da licitação e deverá ser realizada por Representante Técnico da empresa interessada, acompanhada por servidor da CGTI/SPOA/MME;

**b)** A vistoria poderá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, **após minuciosa leitura deste Edital** (**inclusive leitura dos Anexos**), pelo telefone (61) 2032-5709, e será acompanhada por servidor da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/CGTI/ SPOA/ SE/MME, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria;

**c)** A Licitante que não realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de que não realizou a mesma, mas responsabiliza-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do Contrato.

* + 1. As licitantes cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens **8.4, 8.5** e **8.6** estando todas obrigadas, ainda, à apresentação das declarações implantadas nas licitações eletrônicas do portal de compras governamentais e dos seguintes documentos:
1. **Declaração que inexiste fato superveniente impeditivo da habilitação**, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 e de acordo com o modelo do **Anexo III** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
2. **Declaração que não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do **Anexo III** deste Edital;
3. **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva**, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do **Anexo III** deste Edital.
4. **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o modelo do **Anexo III** deste Edital;
5. **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, e que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do **Anexo III** deste Edital;
6. **Declaração de que está ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
7. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011;
	1. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema *upload*, no prazo de **03 (três) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@mme.gov.br.

8.8.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

* 1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
		1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
	2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
	3. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
	4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
	6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
	7. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
1. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
	1. A sessão pública poderá ser reaberta:
		1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
		2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
	2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta
		1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
		2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
	1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **em original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 03 (três) dias**, para o **Ministério de Minas e Energia, Coordenação de Licitações e Compras**, Sala 446 – Esplanada dos Ministérios Bloco “U” – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 - **a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico** e deverá:
		1. ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
		2. apresentar a proposta, devidamente ajustada ao lance vencedor ou ao valor negociado, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
		3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
	2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
		1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
3. DOS RECURSOS
	1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
	2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
		1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
		2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
		3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
	3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
	4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
	1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
	2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
	1. O adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
		1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
		2. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
	2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
	3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
		1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
		2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
		3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
		4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
	4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.
	5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
	6. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
	7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.
	8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
	9. Será considerada extinta a garantia:
		1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
		2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
6. DO TERMO DE CONTRATO
	1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse do Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no Contrato.

* 1. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta *on line* ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
		1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e anexos.
	2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento*.*
	3. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
	4. A licitante vencedora deverá apresentar a **comprovação da pessoa física**, indicada como representante da pessoa jurídica a ser contratada, da sua competência para a assinatura do Contrato e assunção de respectivas responsabilidades, preferencialmente, por procuração em cartório.
1. DO REAJUSTE
	1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
2. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
	1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.
3. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
	1. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, de acordo com os critérios previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.
4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1. DO PAGAMENTO
	1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, pelo Contratante, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, observado o disposto na Lei no 4.320/64.
	2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “**atesto**” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.
	3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura, pela Contratada, deverá ocorrer no prazo de **até 02 (dois) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.
	4. A fiscalização/servidor competente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, no prazo de **até 02 (dois) dias**, contado da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008, para pagamento.
	5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
	6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
		1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
	7. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
		1. não produziu os resultados acordados;
		2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
		3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,
	8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
	9. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Edital.
	10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
	11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	12. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
	13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
	14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.
	15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
		1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
	16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I =  |  ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|  365 |

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art.28 do Decreto nº 5.450/2005, **na** **fase licitatória, a empresa participante** está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:

1. Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**
2. Apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF**, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
3. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**
4. Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
5. Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**

**e1)** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.2 Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:

1. Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
2. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante total de 2% (dois por cento);
3. Multa moratória diária de 1% (um por cento) sobre o valor da Garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, até o limite da mesma;
4. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento dos prazos de entrega, instalação e configuração da Solução/*softwares* e equipamentos, estabelecidos no Item 10 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, por ocorrência;
5. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) do Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas para os serviços de assistência técnica, suporte técnico, manutenção dos equipamentos, constante do Item 12 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, por ocorrência;
6. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) executada, no caso de descumprimento dos prazos de resolução para os respectivos tipos de ocorrências no desempenho das atividades pertinentes ao serviços de suporte, conforme Acordo de Nível de Serviços - SLA, estabelecidos na Tabela do Item 14 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, por ocorrência
7. Multa moratória diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) do Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas para o software/módulo de bilhetagem e contabilização, e no sistema de monitoramento dos equipamentos, constante do Item 15 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, por ocorrência;
8. Multa moratória diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) do Contrato, no caso de descumprimento de manutenção de estoque mínimo de consumíveis e insumos, constante do Item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, por ocorrência;

# Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores;

* 1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
	2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
		1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
		2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
		3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
	3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
	4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
	5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
1. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
	1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
	2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mme.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 – Comissão Permanente de Licitações
		1. **Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais (observado o horário de Brasília até às 18 horas).**
	3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
	4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
	5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.
	6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
	7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
2. DA SUBCONTRATAÇÃO
	1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
3. ALTERAÇÃO SUBJETIVA
	1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
	1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
	2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
	3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
	4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
	5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
	6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
	7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
	8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
	9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF- CEP 70.065-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
	10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
		1. ANEXO I – Termo de Referência
		2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
		3. ANEXO III - Modelo de Declarações
		4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Vistoria
		5. ANEXO V – Minuta de Contrato
		6. ANEXO VI – Termo de Conciliação Judicial

**25. DO FORO**

As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 5 de setembro de 2016.

Cláudete Martins

Pregoeira

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**Processo Administrativo nº 48000.000980/2016-42**

# DO OBJETO

# Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em reprodução de documentos *(Outsourcing* de Impressão), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos (inclusive papel), sistemas de gestão e contabilização, para atender as necessidades de impressão do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme as especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais estabelecidas neste Termo de Referência.

# Das Justificativas

# O Ministério de Minas e Energia tem como missão a promoção e divulgação de políticas públicas voltadas para as áreas de geologia, recursos minerais e de energia, que visam assegurar uma eficiente gestão dos recursos naturais disponíveis, com o melhor aproveitamento do potencial de energia hidráulica, mineração, metalurgia, petróleo, combustíveis, energia elétrica e nuclear.

# Para tanto, são necessários inúmeros processos de trabalho e sistemas informatizados voltados para a divulgação de políticas de regulamentação da exploração destes recursos, os quais geram um enorme volume de informações que devem ser disseminadas por meio de documentos físicos e/ou digitais.

# Visando o atendimento de suas demandas de impressão, o MME adotou, em 2010, por adesão de Ata de Registro de Preços, modelo de contratação de serviços de *Outsourcing* de Impressão (Impressão Corporativa), englobando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, tendo este modelo se mostrado adequado às suas necessidades, visto o alto grau de eficiência na prestação dos serviços, na agilidade de fornecimento de suprimentos e na substituição dos equipamentos em caso de defeito/pane.

# A modalidade contratada trouxe grandes benefícios ao MME no que se refere à otimização de recursos financeiros, com alternativas de controle e redução de custos, mitigando a instauração de um considerável número de processos de compras para a aquisição de equipamentos, peças, consumíveis e insumos, permitindo que o Ministério arcasse apenas com os custos referentes às quantidades de equipamentos disponibilizados e de páginas efetivamente impressas, não havendo qualquer tipo de franquia, e sendo a manutenção dos equipamentos realizada pelos operadores da CONTRATADA.

# Destaca-se também a existência de dispositivos eficazes voltados para a elevação dos níveis de disponibilidade dos equipamentos, os quais minimizaram sua inoperância, gerando ganho relativo à gestão destes processos e deixando todos os custos operacionais sob responsabilidade da CONTRATADA.

# Sendo assim, a contratação será capaz de prover o Ministério de uma estrutura confiável, atualizada e adequada às suas necessidades, e ainda possibilitará que suas operações sejam executadas cada vez mais de maneira otimizada e eficiente.

# DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

# O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do art. 1º, caput e art. 2º. § 1º da Lei nº 10.520/2002, em função das características gerais e específicas que seguem uma padronização de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, podendo assim ser objetivamente definidos.

# Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às áreas de competência legal do Ministério.

# Os serviços são de natureza continuada, tendo em vista que sua finalidade é atender a necessidade permanente da Administração cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades deste órgão. É evidente, ainda, a necessidade do pleno funcionamento da solução para os serviços e atividades de competência do CONTRATANTE.

# A licitação realizar-se-á na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação pelo menor preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, IN SLTI/MPOG nº 04/2010, bem como pelas condições previstas neste Termo de Referência.

# Esse instrumento guarda observância com o Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI, nos seguintes termos:

# “Necessidade: Manutenção dos Serviços de Suporte à Infraestrutura;Ação: Manter os serviços de Outsourcing de Impressão (Impressão Corporativa).”

# Da Aplicação do Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010

# Ao presente Termo de Referência foram aplicadas as determinações constantes do Decreto nº 7.174 de 12 de maio de 2010, a citar:

# De acordo com o artigo 2º do citado Decreto: essa contratação foi precedida de elaboração de planejamento de contratação; e

# De acordo com os artigos 4º e 5º do citado Decreto: entende-se que não é aplicável a preferência na contratação, em virtude de que é de conhecimento desta área Técnica que os bens e serviços especificados nesta contratação não possuem Processo Produtivo Básico (PPB) e ou tecnologia desenvolvida no País (TP) e ou produzidos de acordo com o PPB.

# Da Descrição dos Serviços

# A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto deste termo contemplando as seguintes configurações:

# Instalar e configurar impressoras, multifuncionais e demais equipamentos, novos e de primeiro uso, não-remanufaturados, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, em locais indicados pelo CONTRATANTE, doravante chamados de Postos de Reprodução – PR.

# Deverá fornecer peças, consumíveis e insumos necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, inclusive o papel.

# Realizar manutenção de todos os equipamentos dos PR, compreendendo a troca de consumíveis, abastecimento de papel e demais atividades que forem necessárias à continuidade dos serviços.

# Realizar resolução de incidentes (falhas mecânicas e eletrônicas, atolamento de papel, travamento do equipamento etc.) e manutenção de rotina (limpeza e conservação dos equipamentos etc.);

# Realizar a manutenção, a assistência técnica *on-site* e o serviço de suporte técnico de segunda a sexta-feira, das 08h às 19h, exceto nos feriados, pelo período de vigência do contrato.

# Disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento do parque de equipamentos nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência contratual, com módulo de bilhetagem, contabilização e monitoramento do ambiente de impressão.

# Em atendimento às diretrizes do Governo Federal, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental, a prestação dos serviços de impressão descrita neste documento deverá ser realizada com a utilização de papéis de boa qualidade.

# DOS Resultados Esperados

# Os resultados esperados pelo CONTRATANTE com a prestação de serviços são:

# Melhoria qualitativa dos serviços prestados e adequação da quantidade à demanda;

# Economia nos gastos para o fornecimento de serviços de impressão em rede aos usuários;

# Redução dos custos operacionais com a eliminação de gastos com infraestrutura e recursos humanos;

# Atualização do parque de equipamentos, trazendo ganhos de produtividade aos usuários;

# Elevação do nível de disponibilidade dos equipamentos e dos serviços de impressão, digitalização e cópia em rede;

# Melhoria da qualidade dos impressos com uso de equipamentos atualizados e consumíveis de procedência comprovada.

# Do Cenário Atual

# O MME utiliza desde 2010 o modelo de prestação de serviços em reprodução de documentos (*Outsourcing* de Impressão), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão, conforme as especificações deste Termo e o padrão atual de produção/reprodução. Dessa forma, necessita a manutenção dos serviços de impressão corporativa para possibilitar o pleno e eficiente atendimento de suas demandas de reprodução de documentos com maior economia.

# Das Especificações e Requisitos Técnicos dos equipamentos

# Este Termo foi concebido para atender a demanda das unidades administrativas do MME, especificando-se, para tal fim, 07 (sete) modelos de equipamentos, conforme as especificações e requisitos técnicos que serão solicitados para a implantação e execução inicial dos serviços.

# As especificações e requisitos técnicos dos equipamentos a serem disponibilizados para utilização nas unidades funcionais do MME são considerados mínimos, essenciais e indispensáveis à prestação dos serviços e estão descritas no Anexo I – “A” deste Termo de Referência.

# Das Quantidades Estimadas

# O CONTRATANTE não se compromete com qualquer quantitativo mínimo de páginas impressas, sendo que os volumes descritos neste Termo de Referência e seus Anexos são meramente estimativas aproximadas dos volumes atuais de impressão.

# Os quantitativos dos serviços estão discriminados na tabela a seguir. As quantidades foram estimadas a partir do histórico dos serviços executados atualmente no Ministério de Minas e Energia.

# O valor anual da contratação, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, contém orçamento detalhado em preços unitários e totais, fundamentado em pesquisa de mercado, contratações similares no âmbito da Administração Pública, pesquisa junto a fornecedores especializados de tecnologia, conforme disposto no art. 2º da Instrução Normativa/SLTI nº 5, de 27 de junho de 2014, e está estimado em 1.060.540,92 (um milhão e sessenta mil, quinhentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), conforme Tabela abaixo:

| **Item** | **Descrição** | **Unidade de Medida** | **Quant.** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | Posto de Reprodução **Tipo I (Multifuncional Monocromática - A4)** | Posto por mês | 15 | 392,87 | 5.893,05 | 70.716,60 |
| 2 | Posto de Reprodução **Tipo II (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 30 | 201,31 | 6.039,30 | 72.471,60 |
| 3 | Posto de Reprodução **Tipo III (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 1 | 357,97 | 357,97 | 4.295,64 |
| 4 | Posto de Reprodução **Tipo IV (Multifuncional Colorida - A4)** | Posto por mês | 10 | 917,41 | 9.174,10 | 110.089,20 |
| 5 | Posto de Reprodução **Tipo V (Multifuncional Colorida - A3)** | Posto por mês | 1 | 1.235,78 | 1.235,78 | 14.829,36 |
| 6 | Posto de Reprodução **Tipo VI (Plotter)** | Posto por mês | 1 | 1.569,25 | 1.569,25 | 18.831,00 |
| 7 | Posto de Reprodução **Tipo VII (Etiquetadora)** | Posto por mês | 10 | 143,22 | 1.432,20 | 17.186,40 |
| 8 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo I** | Milheiro por mês | 155 | 70,60 | 10.943,00 | 131.316,00 |
| 9 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 25 | 79,17 | 1.979,25 | 23.751,00 |
| 10 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 65 | 381,67 | 24.808,55 | 297.702,60 |
| 11 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 5 | 89,00 | 445,00 | 5.340,00 |
| 12 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 8 | 381,67 | 3.053,36 | 36.640,32 |
| 13 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 25 | 95,83 | 2.395,75 | 28.749,00 |
| 14 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 35 | 313,50 | 10.972,50 | 131.670,00 |
| 15 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 | 66,92 | 334,60 | 4.015,20 |
| 16 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 | 231,42 | 1.851,36 | 22.216,32 |
| 17 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 | 108,85 | 544,25 | 6.531,00 |
| 18 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 | 513,33 | 4.106,64 | 49.279,68 |
| 19 | Reprodução de documentos de grandes formatos em PR **Tipo VI** | Metro por mês | 50 | 9,28 | 464,00 | 5.568,00 |
| 20 | Reprodução de etiquetas em PR **Tipo VII** | Metro por mês | 150 | 5,19 | 778,50 | 9.342,00 |
| **VALOR GLOBAL** | **88.378,41** | **1.060.540,92** |

# Entrega da Solução

# O início do processo de instalação dos equipamentos será formalizado através da emissão de Ordem de Serviço – OS, elaborada pela fiscalização do contrato, devendo constar o quantitativo e os tipos de equipamentos que serão instalados.

# A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data emissão da primeira Ordem de Serviço, a seu ônus e responsabilidade, disponibilizar todo equipamento necessário à execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, bem como todo o material de consumo (inclusive papel), manutenção, peças necessárias ao bom funcionamento e desempenho dos equipamentos utilizados, bem como atentar à qualidade do material a ser produzido.

# O prazo de entrega da solução poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante formalização da Contratada, desde que devidamente justificada por escrito, e autorizada pelo CONTRATANTE.

# Dos Serviços de Suporte Técnico

# O Serviço de Suporte Técnico abrange o suporte, assistência técnica e manutenção local dos equipamentos e solicitações de serviços.

# A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de segunda a sexta-feira, das 08h às 19h, exceto nos feriados, pelo período de vigência do contrato.

# Os chamados para Serviço de Suporte Técnico serão solicitados pelo service desk do CONTRATANTE por meio e-mail. O CONTRATANTE fará os registros dos chamados em seu software de service desk.

# A CONTRATADA deverá operar os softwares fornecidos na solução e manter o controle de acesso dos colaboradores da CONTRATADA e servidores do CONTRATANTE.

# Os custos relativos à mão de obra deverão estar contemplados nos preços ofertados para os equipamentos, e não por milheiro de páginas impressas.

# Prestar manutenção e assistência técnica, e manter nas dependências da CONTRATADA estoque mínimo de peças, consumíveis e insumos necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, sendo que:

# A CONTRATADA poderá alocar colaborador(es) nas dependências da CONTRATANTE para suprir as necessidades nos Postos de Reprodução: manutenção do nível adequado de consumíveis e insumos baseado nas informações do sistema de gerenciamento e/ou solicitação dos usuários, resolução de incidentes de primeiro nível (falhas e atolamento de papel, travamento dos equipamentos etc.) e manutenção de rotina (configuração, limpeza e conservação dos equipamentos).

# A CONTRATADA será responsável pelo monitoramento das filas de impressão dos Postos de Reprodução.

# A CONTRATADA será acionada para realizar Serviço de Suporte Técnico apenas pelo *service desk* da CONTRATANTE, a fim de evitar chamadas paralelas e descontrole de SLA. Os colaboradores da CONTRATADA não poderão atender aos pedidos diretos de usuários da CONTRATANTE.

# Sobre os colaboradores alocados pela CONTRATADA não incorrerão quaisquer custos extras ao CONTRATANTE, tampouco incidirá qualquer responsabilidade trabalhista a este sobre aqueles.

# Os colaboradores da CONTRATADA atuarão como suporte de 2º nível, contemplando atribuições como: troca e substituição e consumíveis, resolução e manutenção que não exijam troca de peças e de fácil restauração, apoio ao usuário no quesito operação dos equipamentos e extração de relatórios dos sistemas de gerenciamento dos serviços.

# Caso o incidente não possa ser 100% reparado e o equipamento não tenha restauradas todas as suas funcionalidades originais, atendendo no mínimo o exigido neste Termo de Referência e seus anexos, o equipamento deverá ser substituído conforme Acordo de Nível de Serviços.

# O CONTRATANTE irá monitorar o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço confrontando as informações dos relatórios de chamados de assistência técnica com informações de seu software de registro de chamados técnicos.

# Dos Consumíveis e Insumos

# A CONTRATADA deverá fornecer todo o papel a ser consumido em todos os Postos de Reprodução.

# A CONTRATADA será responsável pela manutenção de estoque mínimo de consumíveis e insumos nas dependências da CONTRATANTE suficientes para pelo menos um mês de prestação de serviços.

# A área média de cobertura por página impressa para os formatos A4 e A3 é de 5% (cinco por cento).

# A área média de cobertura por página impressa para os impressos em metro linear (grandes formatos e cores) é de 20% (vinte por cento).

# Caberá à CONTRATADA manter a qualidade dos papéis utilizados na prestação dos serviços, e, havendo a necessidade, a CONTRATANTE poderá solicitar de alteração das marcas dos papéis para garantir a qualidade adequada dos serviços durante todo o contrato.

# Todos os descartes (cartuchos e papel) devem ser realizados segundo as recomendações normativas sobre o assunto, devendo ser dado um fim responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.

# Os custos relativos aos consumíveis e à mão de obra disponibilizada pela CONTRATADA para reposição dos consumíveis e insumos deverão estar contemplados nos preços dos equipamentos disponibilizados.

# Os custos relativos ao fornecimento dos papéis especificados neste Termo de Referência pela CONTRATADA deverão estar contemplados nos preços do milheiro de páginas impressas.

# A CONTRATADA será responsável por todos os procedimentos de aquisição, recebimento, estocagem, transporte, distribuição, substituição dos suprimentos para garantir a disponibilidade dos serviços.

# A CONTRATADA deverá se encarregar de manter os equipamentos sempre providos de suprimentos e em condições de pleno funcionamento e máxima qualidade, de forma a atender às demandas estimadas constantes do Edital.

# Todos os suprimentos, peças e acessórios deverão ser ORIGINAIS DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS, não sendo admitidos produtos remanufaturados, similares ou compatíveis.

# A qualquer momento a CONTRATANTE poderá exigir comprovação de sua originalidade e, não sendo esta aceita, a CONTRATADA sofrerá as sanções contratuais e as previstas no art. 77 da Lei 8.666/93.

# Do Acordo de Níveis de Serviços (SLA)

# Todo o serviço realizado pela CONTRATADA estará sujeito à avaliação técnica, sendo homologado quando estiver de acordo com o padrão de qualidade exigido no TR e de acordo com os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço.

# O início da contagem do tempo dos níveis de serviços para resolução do incidente será a data e hora do e-mail enviado pelo *service desk* do CONTRATANTE ou o momento da falha nos serviços do Posto de Reprodução, indicado no equipamento ou pelo sistema de gerenciamento e monitoramento on-line do ambiente de impressão, o que ocorrer primeiro.

# O início da contagem do tempo dos níveis de serviços para suporte técnico, será a data e hora da abertura do chamado técnico.

# O final da contagem do tempo dos níveis de serviços para resolução do incidente será a data e hora em que todos os serviços do Posto de Reprodução estiverem disponíveis e a CONTRATANTE autorizar o fechamento do chamado.

# O final da contagem do tempo dos níveis de serviços para resolução do suporte técnico, será a data e hora do fechamento do chamado técnico.

# Somente será contado o tempo de resolução para o Acordo de Níveis de Serviços dentro do horário dos serviços de manutenção, ou seja, de segunda à sexta-feira, das 08h às 19h, exceto nos feriados.

# Em caso de problemas no fornecimento de peças e insumos dos equipamentos usados ou outro problema que inviabilize a resolução do incidente conforme o Acordo de Nível de Serviço a CONTRATADA deverá substituir o equipamento por outro similar ou superior dentro do tempo máximo para resolução.

# O desempenho das atividades pertinentes aos serviços de suporte está apresentado na Tabela a seguir, contemplando os tipos de ocorrências, descrição e tempos máximos para resolução.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TIPO DE OCORRÊNCIA** | **DESCRIÇÃO** | **Tempo MÁXIMO PARA Resolução** |
| Incidente | Atolamento de papel. | 1 hora útil |
| Falhas de suprimentos e insumos. | 1 hora útil |
| Falhas na comunicação de dados. | 2 horas úteis |
| Falhas na fila de impressão. | 2 horas úteis |
| Falhas no driver de impressão. | 4 horas úteis |
| Falhas eletroeletrônicas e/ou mecânicas no equipamento ou em acessórios. | 2 dias úteis |
| Falhas no sistema de gerenciamento, contabilização e monitoramento do ambiente de impressão. | 2 dias úteis |
| Suporte técnico | Configuração de fila de impressão. | 2 horas úteis |
| Configuração de software de gerenciamento, contabilização e monitoramento do ambiente de impressão. | 4 horas úteis |
| Instalação e configuração de driver de impressão nas estações de trabalho. | 4 horas úteis |
| Configuração de equipamento (impressora, multifuncional, plotter ou etiquetadora). | 4 horas úteis |

# Do SISTEMA DE GERENCIAMENTO do parque de equipamentos (Bilhetagem, Contabilização e MONITORAMENTO)

# O módulo de bilhetagem e contabilização será utilizado para captura das informações dos contadores físicos e lógicos de impressões e cópias de todos os Postos de Reprodução e deverá possuir os requisitos e funcionalidades a seguir:

# Operar em ambientes Cliente-Servidor ou WEB (Internet/Intranet).

# Utilizar o protocolo SNMP para captura de informações das impressoras.

# Controlar acesso por meio da configuração de Contas e Grupos de Usuários.

# Possibilitar cadastro e manutenção dos centros de custos.

# Gerenciar integralmente equipamentos de fabricantes diversos.

# Capturar informações sobre os trabalhos diretamente do servidor de impressão da rede.

# Permitir a contabilização de trabalhos de impressão que são gerados e enviados diretamente para a impressora, como por exemplo, impressões geradas por sistemas hospedados na plataforma alta e enviadas diretamente para a porta TCP da impressora, e inclusive impressões originadas a partir da função de copiadora dos equipamentos multifuncionais.

# Utilizar método que possibilite a captura das informações sobre os trabalhos de impressão (bilhetagem) em ambientes onde não exista servidor de impressão.

# Para os casos em que um mesmo usuário possua mais de uma credencial (ex.: uma credencial para o Windows e outra para o ERP), o sistema deverá permitir que todas as impressões deste usuário, independentemente da origem, sejam apropriadas para si.

# Quando um determinado trabalho for encaminhando possuindo somente a cor preta (ou tons de cinza) deverá ser contabilizada como uma impressão monocromática.

# Permitir visualizar o consumo mensal de cada equipamento por centro de custo, tornando possível o acompanhamento mês a mês da evolução da produção.

# Permitir a extração de relatórios de faturamento contendo data inicial e final da contabilização, valor da disponibilização dos equipamentos e do milheiro de páginas impressas por equipamento, descontos em função de indisponibilidade do equipamento e valor total a ser faturado.

# Permitir a inclusão de bilhetagem manual no sistema de gestão em situações que houver indisponibilidade de coletar os contadores físicos devido a algum problema de infraestrutura que impeça a ocorrência da bilhetagem automática.

# As impressões em frente e verso terão a seguinte regra de preços: o valor da impressão realizada no verso deverá custar no máximo 80% do valor da impressão realizada na frente.

# Viabilizar ao CONTRATANTE, acesso aos relatórios e consultas de acompanhamento das impressões e consumíveis, permitindo analisar o volume impresso por diversos filtros (unidade, usuário, centro de custo e impressora).

# Possibilitar o ateste do faturamento por meio eletrônico para os equipamentos de acordo com o centro de custo vinculado.

# Envio de e-mail automático para realização de ateste de faturamento por 3 dias consecutivos e caso não haja manifestação neste período o ateste será realizado automaticamente.

* 1. O software deverá ainda ser capaz de atender as seguintes necessidades:

# Permitir a importação e criação de centro de custos hierárquicos, controle de acesso e relatórios para acompanhamento dos mesmos.

# Possibilitar definição de cotas e bilhetagem por usuário, grupo de usuários ou Centro de Custo (unidade).

# Permitir a definição de Centros de Custos para usuários e a geração de relatórios, de maneira que se possa saber, a qualquer momento, o real status em quantidade de páginas impressas, média de consumo e controle de cotas, tanto do centro de custos, quanto de cada usuário.

# Permitir a navegação entre relatórios, utilizando usuário, centro de custo e impressoras como filtros.

# Exportação de relatórios em formatos PDF, documento texto e planilha eletrônica, inclusive da contabilização utilizada para faturamento, onde deverá constar o número de páginas impressas por Centro de Custo e respectivo valor, unitário e total, dentre outras informações.

# Promover a contabilização das impressões simples e frente e verso de cada equipamento, por centro de custo e/ou usuário, com emissão de relatórios periódicos.

# Contabilizar apenas as páginas efetivamente impressas, descartando as tarefas que forem enviadas, porém não executadas.

# Os registros de operações (log) do módulo de bilhetagem e contabilização deverão conter, no mínimo:

# Nome do trabalho;

# Data e hora da impressão;

# Número de páginas do trabalho;

# Características do trabalho: Simplex ou Duplex (frente e verso);

# Características do trabalho: colorido ou monocromático (tons de cinza);

# Tamanho da página do trabalho: A3 ou A4;

# Identificação do usuário;

# Centro de Custo do Usuário;

# Aplicativo que originou a impressão;

# Equipamento que realizou o trabalho (não importando se estiver ligada diretamente na estação de trabalho via interface paralela ou USB, ligada a um servidor de dados, ligada a um servidor de impressão ou conectada diretamente na estação de trabalho via rede TCP/IP); e;

# Custo (em reais).

# Para efeito de faturamento, as faturas deverão ser emitidas a partir do menor valor registrado entre o contador físico e o contador lógico de cada PR. A CONTRATADA poderá pedir ajustes nos valores, devidamente justificados, para apreciação da CONTRATANTE, que poderá ser faturado no mês subsequente.

# Se a diferença entre os contadores físicos e lógicos de um PR for maior que 5% a CONTRATADA deverá entregar um relatório justificando essa diferença e realizar a correção para que não ocorra no mês subsequente.

# O sistema deverá manter o histórico de trabalhos realizados com todas as informações coletadas em todo o período de prestação de serviços, sendo que os últimos 180 (cento e oitenta dias) deverão estar disponíveis para consulta online e os demais sob demanda.

# O sistema deverá realizar o monitoramento remoto do parque de equipamentos que será utilizado para consolidar em tempo real todas as informações de consumo e utilização de recursos por Posto de Reprodução.

# Permitir visualizar os suprimentos (toner) enviados para cada centro de custo, bem como realizar o aceite destes itens por meio da confirmação de recebimento do consumível.

# DO FATURAMENTO

# A CONTRATADA deverá gerar e entregar à CONTRATANTE, para análise de faturamento, até 10 (dez) dias após fim do período faturado, os seguintes relatórios mensais:

# Relatórios mensais de reprodução de documentos:

# Relatório de impressões por tipo de equipamentos: com informações sobre o volume de reprodução de documento, tipos de reprodução e custos das reproduções agrupados por tipo de equipamentos;

# Relatório de impressões por centro de custos: com informações sobre o volume de reprodução de documento, tipos de reprodução e custos das reproduções agrupados por centro de custos;

# Relatório Detalhado de impressões: com informações detalhadas de todos os Postos de Reprodução.

# A CONTRATADA deverá enviar os Relatórios mensais de reprodução de documentos contendo:

# Data inicial e final do período de faturamento;

# Data do faturamento;

# Quantidade de dias e valor da disponibilização do equipamento

# Valor das cópias e impressões produzidas no período

# Valor total do faturamento;

# Relatórios mensais de todos os chamados de assistência técnicas e suporte, contendo:

# data e hora da abertura do chamado técnico;

# descrição do serviço solicitado;

# nome do técnico que abriu o chamado;

# data e hora de cada tarefa executada para atender o chamado;

# descrição de cada tarefa executada para atender o chamado;

# data e hora do fechamento do chamado;

# nome do técnico que fechou o chamado;

# Relatório mensal com as disponibilidades dos Postos de Reprodução.

# Somente serão considerados Postos de Reprodução devidamente instalados e em operação aqueles que tenham sido solicitados por meio de Ordem de Serviço conforme descrito neste documento, e devidamente configurado no sistema de bilhetagem.

# Da Forma de Comunicação

# As comunicações entre o CONTRATANTE, nas figuras dos gestores e fiscais do contrato, e a CONTRATADA, nas figuras do representante legal e preposto, serão tratadas de forma oficial e deverão ser feitas por meio dos documentos: Carta ou Ofício.

# As solicitações para instalação dos equipamentos se darão por meio de Ordens de Serviços (OS).

# DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

# A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, art. 3º da Lei nº 8.666/93, e Instruções Normativas nº 01/2010IN SLTI/MP e nº 04/2010, e ainda:

# Contribuir para que as unidades do Contratante racionalizem os trabalhos de impressão e cópia, dando preferência às facilidades disponíveis na internet/intranet, ao uso do correio eletrônico e demais recursos de multimídia (CD/DVD), baseados nas normas ambientais com observância dos seguintes requisitos:

# A escolha do papel deverá ter como referência a dimensão, peso, textura, consistência, gramatura e cor de papel sulfite, com certificação ambiental e/ou equivalente direto com características de reciclado; a utilização do papel reciclado também constitui um dos exemplos de boas práticas ambientais.

# Nos casos dos serviços de impressão deve-se destacar o ajuste automático frente-e-verso das impressões como medida para redução do consumo de papel e consequentemente diminuição do custo referente ao gasto com papel, de forma a reduzir até, pelo menos, 20% dos custos com gasto de papel.

# Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia e utilizar tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO n° 289/06 e nº 243/09.](http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtosPBE/regulamentos/Portaria289_2006.pdf)

# Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR (nos 14.222, 14.328), referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

# Utilizar materiais que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

# Acondicionar os produtos/materiais a serem entregues, preferencialmente, em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

# Realizar programas internos de treinamentos específicos de seus empregados, quanto às noções e práticas de sustentabilidade ambiental e eficiência energética (tais como: economia de energia elétrica, água, copo descartável, papel toalha, papel para impressão, entre outros inerentes ao objeto, observadas as normas ambientais.

# A logística reversa de todos os equipamentos, peças, partes, consumíveis e insumos é de responsabilidade da CONTRATADA. A empresa deverá fornecer um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação e a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, a IN/SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

# Dos Procedimentos de Segurança

# A Contratada deverá observar, por intermédio de seus prestadores de serviços, todas as políticas, normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE.

# Adotar critérios adequados para o processo seletivo dos profissionais que prestarão serviços no âmbito desse objeto, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade da CONTRATANTE.

# Credenciar, junto à CONTRATANTE, os profissionais autorizados a retirar e a entregar documentos, bem como aqueles que venham a ser designados para prestar serviços nas suas dependências.

# Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

# Comunicar por escrito qualquer anormalidade verificada no curso da execução do objeto deste Termo de Referência, prestando a CONTRATANTE os esclarecimentos julgados necessários.

# Comunicar com antecedência mínima de 3 (três) dias ao fiscal ou gestor da CONTRATANTE qualquer ocorrência de admissão, demissão, transferência, remanejamento ou promoção de seus técnicos para que seja providenciada a atualização de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE. Além disso, privilégios de acesso aos sistemas e recursos vinculados ao serviço em responsabilidade da CONTRATADA deverão ser atualizados.

# Manter os seus técnicos identificados por uniforme e crachás nas dependências da CONTRATANTE, devendo substituir imediatamente o técnico que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares do MME.

# Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos da CONTRATANTE a que tenha acesso durante realização dos serviços, inclusive com a assinatura de termo de responsabilidade e manutenção de sigilo próprio.

# Das Obrigações Gerais da Contratada

# Executar os serviços dentro do padrão de qualidade e quantidades estabelecidas, conforme especificações técnicas, com a disponibilização e instalação de equipamentos, e acessórios necessários, e com a alocação dos colaboradores necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, de acordo com este Termo de Referência e da proposta apresentada.

# Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade.

# Conservar técnica, mecânica e operacionalmente os equipamentos instalados, de modos a mantê-los em permanente, plena e eficaz capacidade produtiva, com a utilização de aparelhamento e ferramentas adequados.

# Garantir estoque mínimo e efetuar automaticamente a reposição dos suprimentos necessários à produção mensal de cópias (toner, revelador, cilindro ou *belt* e papel, etc.), tendo como base a sua durabilidade e a quantidade de cópias dos modelos e equipamentos.

# Solucionar problemas de pane operacional (mecânica, elétrica, eletrônica) apresentado nos equipamentos, nos prazos estabelecidos neste instrumento, sendo este prazo extrapolado, a Contratada deverá substituir o equipamento imediatamente, observando as especificações mínimas exigidas, para que não haja interrupção na prestação de serviços.

# Providenciar, a critérios do Contratante, a substituição de equipamento que apresentar quantidade excessiva de defeitos e manutenções, ocasionando atraso e prejuízos aos serviços.

# Responsabilizar-se pelo transporte de eventual remoção e instalação de equipamentos, quando houver alteração de local de utilização, correndo às suas expensas todos os custos e despesas decorrentes;

# Executar, em ambiente externo, tempo hábil e às suas expensas, os serviços urgentes que por ventura não puderem ser realizados nas dependências do Contratante.

# Operar todos os sistemas complementares à solução de reprodução de documentos.

# Comprovar, mediante solicitação, a originalidade de todos os consumíveis e insumos, suprimentos, peças e acessórios utilizados, sob pena de aplicação das sanções contratuais e daquelas previstas na Lei nº 8.666/93;

# Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do serviço.

# Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danos de documentos, por culpa ou dolo de seus agentes colaboradores.

# Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e/ou outros bens de propriedade do Contratante, ou de terceiros, ocasionados por seus agentes colaboradores, em virtude de dolo ou culpa, quando na execução dos serviços.

# Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

# Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

# Fornecer mensalmente ao CONTRATANTE, para fins de conferência e pagamento, faturas contendo discriminação dos serviços realizados no mês.

# Utilizar agentes colaboradores habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

# Submeter seus agentes colaboradores, durante o tempo de permanência nas dependências do Contratante, aso regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente uniformizados e identificados por crachá.

# Apresentar à Contratante, quando solicitado, a relação nominal dos colaboradores que adentrarão o órgão para a execução dos serviços;

# Fornecer a seus colaboradores os recursos necessários à completa execução dos serviços contratados.

# Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

# Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos colaboradores alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência;

# Instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração Pública;

# Instruir seus colaboradores a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

# Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

# Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

# Encaminhar à unidade fiscalizadora, ou a qualquer momento que o Contratante julgar necessário, os relatórios de produção dos serviços executados, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

# Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

# Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

# Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

# Vedar a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

# Das Obrigações Gerais do Contratante

# Fornecer os pontos de acesso à rede e mobiliário necessários à instalação dos equipamentos nas dependências do CONTRATANTE.

# Realizar a correta gestão dos serviços de impressão, procedendo as medições, de forma a evitar desperdícios e garantir o uso adequado por parte dos usuários.

# Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.

# Garantir que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de manutenção dos equipamentos, dentro das normas do Contrato a ser firmado.

# Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. no 67 da Lei no 8.666/93, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.

# Propiciar acesso aos profissionais da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para a execução dos serviços.

# Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA.

# Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.

# Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e/ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

# Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência e rejeitar, no todo ou em parte, os produtos ou fornecimento executados em desacordo com o objeto licitado.

# Abrir, repassar e acompanhar chamados para de suporte.

# Monitorar e exigir cumprimento do Acordo de Nível de Serviço.

# Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor;

# Fiscalizar a vedação de que familiar de agente público presta serviços no órgão federal ou entidades em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 14 de junho de 2010;

# Efetuar o pagamento do valor resultante da prestação dos serviços, sujeito às retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento, no edital e anexos, e de acordo com a legislação.

# Do Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços

# O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

# O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e verificação da aderência aos termos contratuais.

# A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

# O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

# O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

# As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

# A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

# A conformidade dos equipamentos e materiais, a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com a Contratada, de acordo com as respectivas quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

# Conferir os relatórios dos serviços executados pela CONTRATADA, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

# Exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas do futuro contrato, além de solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que: comprometa a perfeita execução dos serviços; crie obstáculos à fiscalização; não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares do Órgão; e cujo comportamento ou capacidade técnica sejam inadequados à execução dos serviços, que venha causar embaraço à fiscalização em razão de procedimentos incompatíveis com o exercício de sua função.

# A juízo do fiscal técnico/gestor do Contrato o uso dos Postos de Reprodução poderão estar condicionados a um prévio credenciamento e/ou cota de uso dentro de um determinado mês. O controle de usuários destes serviços deverá ser feito a partir das senhas de acesso à rede.

# Encaminhar ao gestor do contrato, para a adoção das medidas cabíveis, as decisões e providências sugeridas pela Contratada ou julgadas imprescindíveis que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato.

# A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

# Das Condições e Forma de Pagamento

# O pagamento dos serviços contratados será realizado no prazo máximo de 30 dias contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

# As Notas Fiscais/faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

# Regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei no 8.666/93;

# Cumprimento das obrigações trabalhistas, constatada mediante comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

# No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as correções solicitadas, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

# Da Forma de Apresentação da Proposta

# A proposta de preços deverá ser elaborada em língua portuguesa, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da LICITANTE.

# O modelo de proposta está definido no ANEXO II deste Termo de Referência, sendo que a LICITANTE deverá informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do dia subsequente ao da data de entrega das propostas.

# A LICITANTE se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances inseridos.

# A proposta deverá ainda conter a especificação técnica completa de todos os equipamentos ofertados, acompanhados de manuais técnicos/prospectos/folders, marca, fabricante, além de consumíveis necessários para seu funcionamento, para efeito de fiscalização.

# A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, consoante o estabelecido no art. 43, Inciso IV, da Lei no 8.666/93.

# A LICITANTE arcará com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas.

# Dos Critérios de Seleção do Fornecedor e do julgamento das propostas

# Será declarada vencedora a Licitante que apresentar a proposta de menor preço global, de acordo com o modelo do Anexo II deste Termo de Referência, e que atender a todos os requisitos e exigências do edital da licitação.

# Serão desclassificadas:

# Propostas que não atenderem às exigências do Edital;

# Propostas com preços acima do limite estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

# Propostas que apresentem preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referir a material e instalação de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

# Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

# A adequação das especificações funcionais dos equipamentos será avaliada juntamente com os documentos de proposta (avaliação técnica da solução), e conforme segue:

# A licitante classificada em primeiro lugar na disputa de preços deverá disponibilizar os manuais técnicos emitidos pelos fabricantes dos equipamentos ofertados para realização da homologação técnica. O Pessoal técnico da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SPOA/SE/MME, fará a confrontação dos documentos técnicos dos equipamentos com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

# A ratificação da adequação dos equipamentos conclui a fase avaliação técnica, dando seguimento às etapas administrativas do processo licitatório.

# Em caso de atraso ou não entrega dos manuais técnicos sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou não atendimento aos requisitos e características técnicas testadas, a licitante será desclassificada, aplicando-se as sanções previstas no Edital e na Lei 8.666/93.

# A licitante será declarada vencedora após a conclusão das avaliações, pela CONTRATANTE, com a aprovação dos equipamentos e softwares de bilhetagem e contabilização e de monitoramento dos equipamentos que integram a solução.

# A avaliação será efetuada em até 5 (cinco) dias úteis, a qual emitirá laudo fundamentado quanto à aprovação ou não da solução apresentada, remetendo-o ao Pregoeiro, que dará prosseguimento ao certame.

# Da Qualificação Técnica

# A empresa deverá comprovar sua aptidão técnica e operacional através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove a prestação de serviços de outsourcing de impressão, contemplando a disponibilização e instalação de dispositivos de impressão, cópia e digitalização de no mínimo 50% do total de equipamentos e do volume anual estimado de páginas impressas, previstos neste Termo de Referência, incluindo o gerenciamento dos serviços com o uso de sistemas de gestão e monitoramento dos equipamentos de impressão, bilhetagem ou contabilização de páginas impressas, suporte técnico, manutenção, fornecimento de consumíveis, inclusive papéis e treinamento aos usuários, no prazo mínimo de três anos.

# O(s) Atestado(s) apresentado(s) deverá (ão) comprovar a prestação de serviços de suporte técnico remoto em regime de 12 horas por dia, 05 dias por semana, através de telefonia de tarifação reversa, envolvendo implantação, operação e gestão da central de suporte (help desk) integralmente localizada nas dependências da CONTRATADA;

# O(s) Atestado(s) deverá (ão) contemplar também prestação de serviços de suporte técnico presencial com atendimento local.

# A comprovação poderá se dar pelo somatório de atestados, desde que estes comprovem a prestação dos serviços em períodos concomitantes entre si, por, no mínimo, três anos.

# Deverá ser apresentada relação dos equipamentos de impressão que fará uso, evidenciando que todos a serem disponibilizados para a prestação dos serviços nas instalações da CONTRATANTE, bem como todos os consumíveis, serão novos e sem quaisquer usos anteriores, não recondicionados, remanufaturados, originais do fabricante, e que os mesmos atendem integralmente às exigências do Edital e seus anexos.

# A Licitante deverá apresentar catálogos, manuais técnicos dos equipamentos e sistemas ofertados ou declaração do fabricante, que comprovem o atendimento integral às exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

# A Declaração acima referenciada deverá ser impressa em papel timbrado, com firma reconhecida, acompanhadas de procurações e/ou alterações contratuais que confirmem os poderes de quem as assinou.

# A não apresentação de qualquer um dos documentos exigidos acima no momento do certame implicará na desclassificação da Licitante.

# Do Prazo de Vigência do Contrato

# O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

# Das Sanções Administrativas

# A Contratada que incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, aplicar as seguintes sanções:

# Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

# Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante total de 2% (dois por cento);

# Multa moratória diária de 1% (um por cento) sobre o valor da Garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, até o limite da mesma;

# Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento dos prazos de entrega, instalação e configuração da Solução/softwares e equipamentos, estabelecidos no Item 9 deste Termo de Referência, por ocorrência;

# Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) deste Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas para os serviços de assistência técnica, suporte técnico, manutenção dos equipamentos, constante do Item 11 deste Termo de Referência, por ocorrência;

# Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) executada, no caso de descumprimento dos prazos de resolução para os respectivos tipos de ocorrências no desempenho das atividades pertinentes ao serviços de suporte, conforme Acordo de Nível de Serviços - SLA, estabelecidos na Tabela do Item 13 deste Termo de Referência, por ocorrência;

# Multa moratória diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) deste Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas para o software/módulo de bilhetagem e contabilização, e no sistema de monitoramento dos equipamentos, constante do Item 14 deste Termo de Referência, por ocorrência;

# Multa moratória diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) deste Contrato, no caso de descumprimento de manutenção de estoque mínimo de consumíveis e insumos, constante do Item 11 deste Termo de Referência, por ocorrência;

# Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores;

# O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado(s) do pagamento devido à Contratada, da Garantia, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

# Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

# Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

# Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

# Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

# A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

# A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

# As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

# DO REAJUSTE

# Será admitido o reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do (Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que reflita a recomposição de preços do setor e seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

# O reajuste decorrerá de solicitação da Contratada e será formalizado por apostilamento, nos termos do artigo 65, § 8º da Lei nº 8.666/93, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

# Caberá à Contratada efetuar os cálculos de cada reajustamento e submetê-lo a analise e aprovação da Gestão do Contrato, sendo que o Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos.

# Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a Contratada aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado.

# Caso este seja extinto o IGP-DI, outro índice será adotado em sua substituição.

# Do Local da Prestação/Execução dos Serviços

# Os serviços constantes do objeto deste Termo de Referência deverão ser executados nas instalações do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia - MME, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Brasília – DF.

# Da Vistoria

# A Licitante poderá realizar vistoria técnica nas instalações do MME durante o horário de funcionamento regular do órgão, visando levantar subsídios para formulação de suas propostas.

# O agendamento da vistoria deverá ser previamente efetuado nos telefones do Contratante, mencionando as informações de contato da empresa (razão social, endereço e telefone) e de seu representante (nome completo e telefone) que efetuará a vistoria.

# Quando da vistoria, a Licitante deve se inteirar de todos os aspectos referentes à execução do fornecimento, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

# Para todos os efeitos, considerar-se-á que a empresa tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento.

# Efetuada a vistoria, o representante da equipe técnica do MME designado para tanto, lavrará o respectivo Atestado de Vistoria, conforme ANEXO IV, o qual deverá ser preenchido e assinado pelo interessado em participar da licitação, anexando-o, oportunamente, à sua proposta.

# Endereço e telefone para agendamento de vistorias:

# Ministério de Minas e Energia - MME:

# Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, sala 36, Ala Norte, Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica/CGTI, Brasília/DF, CEP:70.065-900 Telefone nº: (61) 2032-5709;

# DISPOSIÇÕES GERAIS

# Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA/MME, situada no térreo, sala 48, Ala Norte Bloco “U”, Esplanada dos Ministérios – MME, Brasília/DF, pelos telefones nº (61) 2032-5646 e nº (61) 2032-5708, ou e-mail: hiram@mme.gov.br.

#

**ANEXO I – “A”**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS**

**Item 1 – Posto de Reprodução Tipo I (Multifuncional Monocromática A4)**

Possuir funções de impressão, digitalização colorida em rede, cópia de documentos e fac-símile;

Impressora com tecnologia de impressão Laser/Led Monocromático;

Possuir velocidade mínima de impressão de 50 ppm no formato A4 ou carta;

Suportar resolução de impressão de 600x600 dpi;

Possuir pelo menos duas bandejas de entrada para no mínimo 500 folhas cada;

Possuir impressão frente e verso (duplex) integrado;

Suportar, pelo menos, folhas de papel de tamanho A4, A5, Carta e Ofício;

Suportar, pelo menos, folhas de papel com gramaturas entre 60 g/m2 e 163 g/m2;

Oferecer compatibilidade para, pelo menos, os seguintes tipos de emulação de impressão: PostScript 3, PCL 5/PCL 6 e PDF;

Suportar resolução ótica mínima para cópia e digitalização de 600x600 dpi;

Digitalizador plano de mesa com alimentador automático de documentos frente e verso (duplex) para, pelo menos, 75 folhas;

Capacidade para enviar documentos digitalizados pelo menos nos formatos: Joint Photographic Experts Group (JPEG ou JPG) e Portable Document Format (PDF);

Capacidade para enviar documentos digitalizados por e-mail, para dispositivos de memória conectados pela porta USB ou computadores em rede;

Permitir digitalização via rede com interface padrão TWAIN, WIA ou recursos do próprio Scanner (scan-to-folder) e possuir compatibilidade com softwares de reconhecimento ótico de caracteres (OCR – Optical Character Recognition).

Possuir tela colorida LCD sensível ao toque de no mínimo 7 polegadas;

Manter compatibilidade com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 (32 e 64 bits), Microsoft Windows 8 (32 e 64 bits), Microsoft Windows Server 2008 (32 e 64 bits) e Linux;

Possuir pelo menos uma porta de conexão USB 2.0;

Possuir pelo menos uma porta de conexão Ethernet Gigabit 10/100/1000BaseTx;

Manter suporte de Protocolo de Rede TCP/IP IPv4 e TCP/IP IPv6;

Possuir métodos de impressão em LPR/LPD, Direct IP ou IPP;

Fax modem de 33,6Kbps ou superior homologado pela ANATEL;

Deveram ser fornecidos adicionalmente transformadores de voltagem adequados para cada equipamento instalado na rede elétrica do edifício do MME;

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**Item 2 - Posto de Reprodução Tipo II (Impressora Colorida A4 com uma bandeja)**

Impressora com tecnologia de impressão Laser/Led em cores;

Possuir velocidade mínima de impressão de 30 ppm no formato A4 ou carta em cores;

Suportar resolução mínima de impressão de 600x600 dpi

Possuir bandeja de entrada para no mínimo 250 folhas;

Possuir impressão frente e verso (duplex) integrado;

Suportar, pelo menos, folhas de papel de tamanho A4, A5, Carta e Oficio;

Suportar, pelo menos, folhas de papel com gramaturas entre 60 g/m2 e 163 g/m2;

Oferecer compatibilidade para, pelo menos, os seguintes tipos de emulação de impressão: PostScript 3, PCL 5/PCL 6 e PDF;

Manter compatibilidade com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 (32 e 64 bits), Microsoft Windows 8 (32 e 64 bits), Microsoft Windows Server 2008 (32 e 64 bits) e Linux;

Possuir pelo menos uma porta de conexão USB 2.0;

Possuir pelo menos uma porta de conexão Ethernet Gigabit 10/100/1000BaseTx;

Manter suporte de Protocolo de Rede TCP/IP IPv4 e TCP/IP IPv6;

Possuir métodos de impressão em LPR/LPD, Direct IP ou IPP;

Deveram ser fornecidos adicionalmente transformadores de voltagem adequados para cada equipamento instalado na rede elétrica do edifício do MME;

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**Item 3 - Posto de Reprodução Tipo III (Impressora Colorida A4 com três bandejas)**

Impressora com tecnologia de impressão Laser/Led em cores;

Possuir velocidade mínima de impressão de 35 ppm no formato A4 ou carta em cores;

Suportar resolução mínima de impressão de 600x600 dpi

Possuir pelo menos três bandejas de entrada para no mínimo 500 folhas cada;

Possuir impressão frente e verso (duplex) integrado;

Suportar, pelo menos, folhas de papel de tamanho A4, A5, Carta e Oficio;

Suportar, pelo menos, folhas de papel com gramaturas entre 60 g/m2 e 180 g/m2 com texturas ou marca d’água em alto relevo;

Oferecer compatibilidade para, pelo menos, os seguintes tipos de emulação de impressão: PostScript 3, PCL 5/PCL 6 e PDF;

Manter compatibilidade com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 (32 e 64 bits), Microsoft Windows 8 (32 e 64 bits), Microsoft Windows Server 2008 (32 e 64 bits) e Linux;

Possuir pelo menos uma porta de conexão USB 2.0;

Possuir pelo menos uma porta de conexão Ethernet Gigabit 10/100/1000BaseTx;

Manter suporte de Protocolo de Rede TCP/IP IPv4 e TCP/IP IPv6;

Possuir métodos de impressão em LPR/LPD, Direct IP ou IPP;

Deveram ser fornecidos adicionalmente transformadores de voltagem adequados para cada equipamento instalado na rede elétrica do edifício do MME;

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**Item 4 - Posto de Reprodução Tipo IV (Multifuncional Colorida A4)**

Possuir funções de impressão colorida, digitalização colorida em rede, cópia colorida de documentos e envio e recebimento de fac-símile colorido;

Impressora com tecnologia de impressão Laser/Led em cores;

Possuir velocidade mínima de impressão de 35 ppm no formato A4 ou carta em cores;

Suportar resolução mínima de impressão de 600x600 dpi

Possuir pelo menos duas bandejas de entrada para no mínimo 500 folhas cada;

Possuir impressão frente e verso (duplex) integrado;

Suportar, pelo menos, folhas de papel de tamanho A4, A5, Carta e Oficio;

Suportar, pelo menos, folhas de papel com gramaturas entre 60 g/m2 e 163 g/m2;

Oferecer compatibilidade para, pelo menos, os seguintes tipos de emulação de impressão: PostScript 3, PCL 5/PCL 6 e PDF;

Suportar resolução ótica mínima para cópia e digitalização de 600x600 dpi

Digitalizador plano de mesa com alimentador automático de documentos frente e verso (duplex) para, pelo menos, 50 folhas;

Capacidade para enviar documentos digitalizados pelo menos nos formatos: Joint Photographic Experts Group (JPEG ou JPG) e Portable Document Format (PDF);

Capacidade para enviar documentos digitalizados por e-mail, para dispositivos de memória conectados pela porta USB ou computadores em rede;

Permitir digitalização via rede com interface padrão TWAIN, WIA ou recursos do próprio Scanner (scan-to-folder) e possuir compatibilidade com softwares de reconhecimento ótico de caracteres (OCR – Optical Character Recognition).

Possuir tela colorida LCD sensível ao toque de no mínimo 7 polegadas;

Manter compatibilidade com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 (32 e 64 bits), Microsoft Windows 8 (32 e 64 bits), Microsoft Windows Server (32 e 64 bits) e Linux;

Possuir pelo menos uma porta de conexão USB 2.0.

Possuir pelo menos uma porta de conexão Ethernet Gigabit 10/100/1000BaseTx;

Manter suporte de Protocolo de Rede TCP/IP IPv4 e TCP/IP IPv6;

Possuir métodos de impressão em LPR/LPD, Direct IP ou IPP;

Fax modem de 33,6Kbps ou superior homologado pela ANATEL;

Deveram ser fornecidos adicionalmente transformadores de voltagem adequados para cada equipamento instalado na rede elétrica do edifício do MME;

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**Item 5 - Posto de Reprodução Tipo V (Multifuncional Colorida A3/A4)**

Possuir funções de impressão colorida, digitalização colorida em rede, cópia colorida de documentos e envio e recebimento de fac-símile colorido;

Impressora com tecnologia de impressão Laser/Led em cores;

Possuir velocidade mínima de impressão de 30 ppm no formato A4 ou carta em cores;

Suportar resolução mínima de impressão de 600x600 dpi

Possuir pelo menos duas bandejas de entrada para no mínimo 500 folhas;

Possuir impressão frente e verso (duplex) integrado;

Suportar, pelo menos, folhas de papel de tamanho A3, A4, A5, Carta e Oficio;

Suportar, pelo menos, folhas de papel com gramaturas entre 60 g/m2 e 220 g/m2;

Oferecer compatibilidade para, pelo menos, os seguintes tipos de emulação de impressão: PostScript 3, PCL 5/PCL 6 e PDF;

Suportar resolução ótica mínima para cópia e digitalização de 600x600 ppp;

Digitalizador plano de mesa com alimentador automático de documentos frente e verso (duplex) para, pelo menos, 100 folhas;

Capacidade para enviar documentos digitalizados pelo menos nos formatos: Joint Photographic Experts Group (JPEG ou JPG) e Portable Document Format (PDF);

Capacidade para enviar documentos digitalizados por e-mail, para dispositivos de memória conectados pela porta USB ou computadores em rede;

Permitir digitalização via rede com interface padrão TWAIN ou recursos do próprio Scanner (scan-to-folder), e possuir compatibilidade com softwares de reconhecimento ótico de caracteres (OCR – Optical Character Recognition).

Possuir tela colorida LCD sensível ao toque de no mínimo 7 polegadas;

Manter compatibilidade com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 (32 e 64 bits), Microsoft Windows 8 (32 e 64 bits), Microsoft Windows Server (32 e 64 bits) e Linux;

Possuir pelo menos uma porta de conexão USB 2.0.

Possuir pelo menos uma porta de conexão Ethernet Gigabit 10/100/1000BaseTx;

Manter suporte de Protocolo de Rede TCP/IP IPv4 e TCP/IP IPv6;

Possuir métodos de impressão em LPR/LPD, Direct IP ou IPP;

Fax modem de 33,6Kbps ou superior homologado pela ANATEL;

Deveram ser fornecidos adicionalmente transformadores de voltagem adequados para cada equipamento instalado na rede elétrica do edifício do MME;

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**Item 6 - Posto de Reprodução Tipo VI (Plotter)**

Impressora com tecnologia de impressão a jato de tinta térmico em cores;

Capacidade de alimentação por rolo ou folha de papel e cortador automático;

Realizar impressões nos formatos de papel de A4, A3, A2, A1 e A0;

Realizar impressões em rolos de papel com largura entre 280 a 910 mm;

Suportar folhas de papel com gramatura entre 65 e 300 g/m2;

Possuir velocidade mínima de impressão de 30 metros quadrados por hora;

Permitir impressão com resolução até 1200 x 1200 dpi;

Possuir linguagens de impressão HP-GL 1 e 2, HP-RTL, TIFF e JPEG;

Possuir pelo menos uma porta de conexão USB 2.0;

Possuir pelo menos uma porta de conexão Ethernet Gigabit 10/100/1000BaseTx;

Manter compatibilidade com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 7 (32 e 64 bits) e Microsoft Windows Server (32 e 64 bits);

Manter compatibilidade com o Autocad nas versões 2010 até 2013;

Deveram ser fornecidos adicionalmente transformadores de voltagem adequados para cada equipamento instalado na rede elétrica do edifício do MME;

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**Item 7 - Posto de Reprodução Tipo VII (Etiquetadora)**

Impressora com tecnologia de impressão Térmica/Laser/Led;

Aceitar fita de etiquetas com largura de até 2.4 polegadas

Permitir impressões em etiquetas com largura de até 59 milímetros e comprimento de até 90 cm.

Resolução de impressão de pelo menos 300 (dpi)

Possuir as funcionalidades de Mirror Printing, Vertical Printing, Rotate Printing e Multiple Copies.

Possuir pelo menos uma interface USB.

Possuir pelo menos uma porta de conexão a rede Fast Ethernet;

Possuir compatibilidade com Sistemas Operacionais Microsoft Windows Server, Windows 7 e Windows 8.

Permitir impressão de código de barras nos tipos:

CODE39, CODE128, UCC/EAN-128(GS1-128), ITF(I-2/5), CODABAR(NW-7), UPC-A, UPC-E, EAN13(JAN13), EAN8, ISBN-2(EAN13 AddOn2), ISBN-5(EAN13 AddOn5), POSTNET, Laser Bar Code, GS1 DataBar(RSS)(GS1 DataBar Omnidirectional,GS1 DataBar Truncated,GS1 DataBar Stacked,GS1 DataBar Stacked Omnidirectional,GS1 DataBar Limited,GS1 DataBar Expanded,GS1 DataBar Expanded Stacked), PDF417(Standard, Truncate, Micro), QR Code(Model 1, Model 2, Micro), Data Matrix(ECC200 Square, ECC200 Rectangular), MaxiCode(Model2, Model3, Model4, Model5)

Manter compatibilidade com os seguintes tipos de arquivos: csv, txt, mdb, xls

Possuir Certificação Energy Star ou Compatível.

**ANEXO I – “B”**

**PLANILHA ESTIMATIVA**

| **Item** | **Descrição** | **Unidade de Medida** | **Quant.** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | Posto de Reprodução **Tipo I (Multifuncional Monocromática - A4)** | Posto por mês | 15 | 392,87 | 5.893,05 | 70.716,60 |
| 2 | Posto de Reprodução **Tipo II (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 30 | 201,31 | 6.039,30 | 72.471,60 |
| 3 | Posto de Reprodução **Tipo III (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 1 | 357,97 | 357,97 | 4.295,64 |
| 4 | Posto de Reprodução **Tipo IV (Multifuncional Colorida - A4)** | Posto por mês | 10 | 917,41 | 9.174,10 | 110.089,20 |
| 5 | Posto de Reprodução **Tipo V (Multifuncional Colorida - A3)** | Posto por mês | 1 | 1.235,78 | 1.235,78 | 14.829,36 |
| 6 | Posto de Reprodução **Tipo VI (Plotter)** | Posto por mês | 1 | 1.569,25 | 1.569,25 | 18.831,00 |
| 7 | Posto de Reprodução **Tipo VII (Etiquetadora)** | Posto por mês | 10 | 143,22 | 1.432,20 | 17.186,40 |
| 8 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo I** | Milheiro por mês | 155 | 70,60 | 10.943,00 | 131.316,00 |
| 9 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 25 | 79,17 | 1.979,25 | 23.751,00 |
| 10 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 65 | 381,67 | 24.808,55 | 297.702,60 |
| 11 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 5 | 89,00 | 445,00 | 5.340,00 |
| 12 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 8 | 381,67 | 3.053,36 | 36.640,32 |
| 13 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 25 | 95,83 | 2.395,75 | 28.749,00 |
| 14 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 35 | 313,50 | 10.972,50 | 131.670,00 |
| 15 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 | 66,92 | 334,60 | 4.015,20 |
| 16 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 | 231,42 | 1.851,36 | 22.216,32 |
| 17 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 | 108,85 | 544,25 | 6.531,00 |
| 18 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 | 513,33 | 4.106,64 | 49.279,68 |
| 19 | Reprodução de documentos de grandes formatos em PR **Tipo VI** | Metro por mês | 50 | 9,28 | 464,00 | 5.568,00 |
| 20 | Reprodução de etiquetas em PR **Tipo VII** | Metro por mês | 150 | 5,19 | 778,50 | 9.342,00 |
| **VALOR GLOBAL** | **88.378,41** | **1.060.540,92** |

|  |
| --- |
| **ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS** |

**(Em papel timbrado da licitante)**

À Comissão Permanente de Licitação

Ministério de Minas e Energia - MME

Brasília - DF

REF: **Pregão Eletrônico Nº 00/2016-MME**

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria proposta de preços para a prestação de serviços de reprodução de documentos *(Outsourcing* de Impressão), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos (inclusive papel), sistemas de gestão e contabilização, para atender as necessidades de impressão do Ministério de Minas e Energia – MME, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e condições gerais constantes no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

**(A proposta deverá ser apresentada de acordo com a planilha e condições abaixo descritas:)**

| **Item** | **Descrição** | **Unidade de Medida** | **Quant.** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | Posto de Reprodução **Tipo I (Multifuncional Monocromática - A4)** | Posto por mês | 15 |  |  | **👉** |
| 2 | Posto de Reprodução **Tipo II (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 30 |  |  | **👉** |
| 3 | Posto de Reprodução **Tipo III (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 1 |  |  | **👉** |
| 4 | Posto de Reprodução **Tipo IV (Multifuncional Colorida - A4)** | Posto por mês | 10 |  |  | **👉** |
| 5 | Posto de Reprodução **Tipo V (Multifuncional Colorida - A3)** | Posto por mês | 1 |  |  | **👉** |
| 6 | Posto de Reprodução **Tipo VI (Plotter)** | Posto por mês | 1 |  |  | **👉** |
| 7 | Posto de Reprodução **Tipo VII (Etiquetadora)** | Posto por mês | 10 |  |  | **👉** |
| 8 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo I** | Milheiro por mês | 155 |  |  | **👉** |
| 9 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 25 |  |  | **👉** |
| 10 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 65 |  |  | **👉** |
| 11 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 5 |  |  | **👉** |
| 12 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 8 |  |  | **👉** |
| 13 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 25 |  |  | **👉** |
| 14 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 35 |  |  | **👉** |
| 15 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 |  |  | **👉** |
| 16 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 |  |  | **👉** |
| 17 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 |  |  | **👉** |
| 18 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 |  |  | **👉** |
| 19 | Reprodução de documentos de grandes formatos em PR **Tipo VI** | Metro por mês | 50 |  |  | **👉** |
| 20 | Reprodução de etiquetas em PR **Tipo VII** | Metro por mês | 150 |  |  |  |
| **VALOR GLOBAL** |  | **👉** |

**\*)👉 VALOR A SER INSERIDO NO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA FASE DE LANCES**

O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias,contados a partir da data do seu envio ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte do fornecimento/instalação do objeto licitado, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa :

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF:\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo/Função:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cart.ldent nº:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Expedido por: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Naturalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nacionalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Brasília, de de 2016

Atenciosamente,

Proponente

Assinatura (s) do(s) representante (s) legal(is) do proponente

Nome(s), endereço, Fax e telefone para contato.

**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

|  |
| --- |
| **Declaração** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa) inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **declara**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.Local e Data\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura do representante legal) |

|  |
| --- |
| **Declaração**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.Local e Data\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura do representante legal) |

## Declaração

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** **que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado,** observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal)

|  |
| --- |
| **Declaração****ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**(**Identificação da Licitação**)(**Identificação completa do representante da licitante**), como representante devidamente constituído de (**Identificação completa da licitante**) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº** **14/2016,** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:1. a proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (**identificação da licitação**) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) quanto a participar ou não da referida licitação;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e
6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa) |

**Declaração**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2016-MME**

**Processo nº 48000.000980/2016-42**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal, com identificação completa

**ANEXO IV**

**MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de reprodução de documentos *(****Outsourcing* de Impressão**), contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos (inclusive papel), sistemas de gestão e contabilização, para atender as necessidades de impressão do Ministério de Minas e Energia – MME.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome da empresa |  |
| CNPJ |  |
| Endereço |  |
| Telefones | Fixo | Celular |  |
| E-mail |  |
| Contatos |  |
| Responsável |  |  |
| Assinatura |  |

 Declara, sob as penas da lei, que vistoriou o local e que conhece as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Brasília/DF,..................de.....................................de 2016

.......................................................................................................................................

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/CGTI/SPOA/SE/MME

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº **48000.000980/2016-42**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00/2016, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

 A União, por intermédio doMinistério de Minas e Energia, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, na cidade de Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, inscrito no CNPJ sob nº37.115.383/0001-53, neste ato representado por seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor......................................... nomeado pela Portaria SE/MME nº \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, publicada no *DOU* de ..... de ............... de ..........., inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº ............................., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº **48000.000980/2016-42** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, e demais disposições aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 14/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na **prestação de serviços em reprodução de documentos *(Outsourcing* de Impressão)**, contemplando a disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, manutenção dos equipamentos, fornecimento de peças e partes, consumíveis e insumos (inclusive papel), sistemas de gestão e contabilização, para atender as necessidades de impressão do Ministério de Minas e Energia – MME, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** do Edital.

 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta da vencedora, com os documentos que a compõem independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, conforme fixado no Edital, com início na data de ........../......../........ e encerramento em ........../........./......... , podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

* + 1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
		2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
		3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
		4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
		5. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
	1. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.
1. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
	1. O valor mensal da contratação é de R$ .................... (.....), perfazendo o valor total anual de R$ ...................... (....), resultante da aplicação do preço total indicado na planilha abaixo e na proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **14/2016**, não estando sujeita a reajuste ou acréscimo de qualquer natureza:

| **Item** | **Descrição** | **Unidade de Medida** | **Quant.** | **Valor Unitário** | **Valor Mensal** | **Valor Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | Posto de Reprodução **Tipo I (Multifuncional Monocromática - A4)** | Posto por mês | 15 |  |  |  |
| 2 | Posto de Reprodução **Tipo II (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 30 |  |  |  |
| 3 | Posto de Reprodução **Tipo III (Impressora Colorida - A4)** | Posto por mês | 1 |  |  |  |
| 4 | Posto de Reprodução **Tipo IV (Multifuncional Colorida - A4)** | Posto por mês | 10 |  |  |  |
| 5 | Posto de Reprodução **Tipo V (Multifuncional Colorida - A3)** | Posto por mês | 1 |  |  |  |
| 6 | Posto de Reprodução **Tipo VI (Plotter)** | Posto por mês | 1 |  |  |  |
| 7 | Posto de Reprodução **Tipo VII (Etiquetadora)** | Posto por mês | 10 |  |  |  |
| 8 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo I** | Milheiro por mês | 155 |  |  |  |
| 9 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 25 |  |  |  |
| 10 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo II** | Milheiro por mês | 65 |  |  |  |
| 11 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 5 |  |  |  |
| 12 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo III** | Milheiro por mês | 8 |  |  |  |
| 13 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 25 |  |  |  |
| 14 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo IV** | Milheiro por mês | 35 |  |  |  |
| 15 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 |  |  |  |
| 16 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho A4 em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 |  |  |  |
| 17 | Reprodução de documentos monocromáticos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 5 |  |  |  |
| 18 | Reprodução de documentos coloridos em tamanho **A3** em PR **Tipo V** | Milheiro por mês | 8 |  |  |  |
| 19 | Reprodução de documentos de grandes formatos em PR **Tipo VI** | Metro por mês | 50 |  |  |  |
| 20 | Reprodução de etiquetas em PR **Tipo VII** | Metro por mês | 150 |  |  |  |
| **VALOR GLOBAL** |  |  |

* 1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.
1. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 320016; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.39, UGR: 320016.

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.
1. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
	1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE
	1. O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que reflita a recomposição de preços do setor, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.
	2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
	3. O reajuste decorrerá de solicitação da Contratada e será formalizado por apostilamento, nos termos do artigo 65, § 8º da Lei nº 8.666/93, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.
	4. Caberá à CONTRATADA efetuar os cálculos de cada reajustamento e submetê-lo a analise e aprovação da Gestão do Contrato, sendo que o CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos.
	5. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a Contratada aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado.
	6. Caso este seja extinto o IGP-DI, outro índice será adotado em sua substituição.
3. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R$ ............... (.......................), na modalidade de .............................., correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de **10 (dez) dias**, observadas as condições previstas no Edital.

1. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO
	1. Os serviços definidos no objeto deste Instrumento serão de execução indireta no regime de empreitada por preço global, em conformidade com o estabelecido no artigo 10, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.
	2. A Fiscalização pelo Contratante está prevista no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA
	1. As obrigações do Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
3. CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE SUSTENTATBILIDADE
	1. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3o da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda, os critérios estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
	1. Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:
5. Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
6. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante total de 2% (dois por cento);
7. Multa moratória diária de 1% (um por cento) sobre o valor da Garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, até o limite da mesma;
8. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento dos prazos de entrega, instalação e configuração da Solução/softwares e equipamentos, estabelecidos no Item 10 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, por ocorrência;
9. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) deste Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas para os serviços de assistência técnica, suporte técnico, manutenção dos equipamentos, constante do Item 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, por ocorrência;
10. Multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) executada, no caso de descumprimento dos prazos de resolução para os respectivos tipos de ocorrências no desempenho das atividades pertinentes ao serviços de suporte, conforme Acordo de Nível de Serviços - SLA, estabelecidos na Tabela do Item 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, por ocorrência;
11. Multa moratória diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) deste Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer condições estabelecidas para o software/módulo de bilhetagem e contabilização, e no sistema de monitoramento dos equipamentos, constante do Item 15 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, por ocorrência;
12. Multa moratória diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da(s) parcela(s) mensal(is) deste Contrato, no caso de descumprimento de manutenção de estoque mínimo de consumíveis e insumos, constante do Item 13 do Termo de Referência, por ocorrência;

# Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas nas alíneas anteriores;

# Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos seguintes prazos:

j1) Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta: **até 2 anos;**

j2)Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato: **até 1 (um) ano;**

j3) Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 (um) ano;**

j4) Falhar ou fraudar na execução deste Contrato: **até 5 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF;**

j5) Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF;**

* 1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
	2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
		1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
		2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
		3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
	3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
	4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
	5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
1. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO
	1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
	2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
	3. A CONTRATADA reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
	4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
		1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
		2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
		3. Indenizações e multas.
2. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES
	1. É vedado à CONTRATADA:
		1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
		2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
3. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
	1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
	3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
4. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
	1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
	1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÕES**
	1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.
	2. As comunicações feitas ao Contratante deverão ser endereçadas à Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 3319.5464.
	3. As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas a empresa .................... , estabelecida no .............................., CEP: .....................
7. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
	1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2016.

Pelo CONTRATANTE:

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Ministério de Minas e Energia

**Pela CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF/MF: CPF/MF:

**ANEXO VI**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

|  |
| --- |
| **ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A** **AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO****Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra** |
| **Termo de Conciliação Judicial** |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal); CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas”.RESOLVEMCelebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:a) – Serviços de limpeza; b) – Serviços de conservação; c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria; d) – Serviços de recepção; e) – Serviços de copeiragem; f) – Serviços de reprografia; g) – Serviços de telefonia; h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) – Serviços de auxiliar de escritório; k) – Serviços de auxiliar administrativo; l) – Serviços de Office boy (contínuo); m) – Serviços de digitação; n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante; p) – Serviços de ascensorista; q) – Serviços de enfermagem; er) – Serviços de agentes comunitários de saúde.Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados. Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTOCláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais. Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETACláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTECláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.Brasília, 05 de junho de 2003. GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMESProcurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do TrabalhoBRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSOProcurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do TrabalhoMOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADOProcurador-Geral da UniãoHELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIROSub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da UniãoTestemunhas:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_GRIJALBO FERNANDES COUTINHOPresidente da Associação Nacional dos Magistradosda Justiça do Trabalho – ANAMATRA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_PAULO SÉRGIO DOMINGUESPresidente da Associação dos Juízes Federaisdo Brasil - AJUFE\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_REGINA BUTRUSPresidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT |